

**CONSELHO NACIONAL DE ESPORTE****ATA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 27 DE NOVEMBRO DE 2014**

Às nove horas e vinte e cinco minutos do dia vinte e sete de novembro de dois mil e quatorze, o Ministro de Estado do Esporte e Presidente do Conselho Nacional do Esporte - CNE Aldo Rebelo deu início à vigésima sétima Reunião Ordinária do Conselho Nacional do Esporte - CNE, na Sede do Ministério do Esporte, situada na Esplanada dos Ministérios, Bloco A - Brasília-DF. Conselheiros presentes: Ricardo Nascimento de Avellar Fonseca, Representante Suplente da Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento - SNEAR; Ricardo Cappelli, Secretário Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social - SNELIS; Antônio José Carvalho do Nascimento Filho, Secretário Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor - SNFDT; Marco Aurelio Klein, Secretário da Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem - ABCD; Cássia Damiani, Representante Suplente da Secretaria Executiva; Vitório Mendes, Representante Suplente do Comitê Olímpico Brasileiro - COB; Mizaël Conrado, Representante Titular do Comitê Paraolímpico Brasileiro - CPB; Joacy Bastos, Representante Suplente do Fórum Nacional de Secretários Estaduais de Esporte e Lazer; Humberto Panzetti, Representante Titular dos Secretários e Gestores Municipais de Esporte e Lazer; Arialdo Boscolo, Representante Titular dos Clubes Sociais; Jorge Steinhilber, Representante Titular do Conselho Federal de Educação Física - CONFEF; Major Brigadeiro do Ar Carlos Augusto Amaral Oliveira, Representante Titular da Comissão Desportiva Militar Brasileira - CDMB; Mauzler Paulinetti, Representante Titular da Organização Nacional das Entidades do Desporto - ONED; Jozafá Dantas, Representante Titular da Confederação Brasileira de Futebol - CBF; Marta Cléria Lima, Representante do Desporto Nacional. Participaram também da reunião: João Luiz dos Santos Santos, Chefe de Gabinete do Ministro e Coordenador do Conselho Nacional do Esporte; Embaixador Carlos Henrique Cardim, Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Internacionais do Ministério do Esporte; Ministro Vilmar Coutinho Junior, Chefe Adjunto da Assessoria Especial de Assuntos Internacionais do Ministério do Esporte; Pitágoras Dytz, Chefe da Consultoria Jurídica do Ministério do Esporte; Paulo Silva Vieira, Diretor do Departamento de Incentivo e Fomento ao Esporte; Coronel Carlos Eduardo Ilha dos Santos, Representante Suplente da Comissão Desportiva Militar Brasileira - CDMB; Martha Maria Dalari, da Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem; Adriana Taboza, da Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento; Paulino Menezes e Rafael Brais, da Assessoria de Comunicação Social do Ministério do Esporte; Luciana Burle, da Assessoria Especial de Assuntos Internacionais; Silvana Martins de Araújo, Doutoranda da Universidade de Brasília. O Presidente do Conselho cumprimentou e agradeceu a presença de todos. Considerando ser a primeira reunião deste Conselho após a realização do maior acontecimento recente do esporte, a Copa do Mundo no Brasil, o Ministro registrou a importância do evento, que foi coroado de êxito, com grande repercussão mundial, resultando na exposição da melhor imagem do país; Em seguida, o Ministro Aldo Rebelo seguiu para o segundo item de pauta, passando a palavra para o Representante Suplente da Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento Ricardo Nascimento de Avellar Fonseca, que apresentou duas propostas de novas resoluções, referentes ao programa bolsa atleta. A primeira, destinada a primeira fase do pleito, onde são consideradas as modalidades olímpicas e paralímpicas, a resolução vem ratificar o entendimento atual da secretaria, que considera as provas olímpicas e não olímpicas, desde que vinculada à modalidade olímpica, de forma a suprir anteriores questionamentos. Em seguida, o Sr. Ricardo Avellar apresenta a proposta de resolução referente à segunda parte do pleito, destinada as modalidades do programa pan-americano e aquelas que não compõem nenhum programa, nomeadas como modalidades não olímpicas e não paralímpicas. A proposta de resolução não traz alteração em seu conteúdo, apenas o alinhamento dessas modalidades à mesma regra aplicada às modalidades olímpicas e paralímpicas, ou seja, com os mesmos critérios de concessão. Após esclarecimentos e comentários dos conselheiros Humberto Panzetti, Arialdo Boscolo e Jorge Steinhilber, esgotou-se a discussão. O Ministro passa a palavra ao Secretário Nacional de Futebol e Direitos do Torcedor Antônio José Carvalho do Nascimento. O Secretário apresenta a solicitação da Confederação Brasileira de Futebol, representada pelo Conselheiro Jozafá Dantas, de alteração de Calendário e Regulamento da Federação Brasileira de Futebol e da Federação Bahiana de Futebol. Após votação e aprovação unânime das alterações solicitadas, deu-se seguimento à reunião com a apresentação pelo Secretário da Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem Marco Aurelio Klein. O Secretário apresentou um balanço de 2014, com ações voltadas a preparação para os Jogos Olímpicos de 2016, com ênfase ao Task Force (Força Tarefa) para os Jogos, ao lançamento do site chamado 'consulte a lista', que viabiliza o atleta a consultar se um medicamento tem substância proibida, a Campanha Sou Mais Eu, entre outras ações de prevenção, controle, acompanhamento de casos de Doping no esporte. O Ministro agradece ao Secretário, destacando a importância da criação da Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem, por Decreto da Presidenta da República ligado ao Ministério do Esporte. Considerou, então, sobre as três principais mazelas que tem abalado a base do esporte, em valores morais e éticos, em todas as suas esferas sociais. A primeira mazela é a dopagem, principalmente em esportes individuais, a segunda é a compra de eventos, citando as Olimpíadas de Inverno da cidade americana Salt Lake City, a última é a manipulação dos resultados de competições, que se espalha pelo mundo afora. Desde que o Brasil assumiu acolher eventos da magnitude da Copa do Mundo de Futebol e dos Jogos Olímpicos, nos tornamos responsáveis pela preservação e luta de princípios e valores esportivos. O Conselheiro Arialdo Boscolo manifestou entusiasmo com a apresentação do Secretário Marco Aurelio, parabenizando ele e sua

equipe. O Conselheiro Jorge Steinhilber, ressalta que os valores olímpicos estão sendo, de fato, esquecidos, acrescentando o problema de doping na juventude não praticante de competições esportivas, mas em busca de estética, onde sugere campanhas relativas ao uso de substâncias proibidas. Ministro passa a palavra para o Conselheiro Mauzler Paulinetti, que parabeniza o trabalho do Secretário Marco Aurelio e solicita a extensão da participação em cursos ou palestras na área do doping, assim como se põe a disposição para tanto em São Paulo. O Secretário usa a palavra para complementar que a luta contra a fraude e o uso de anabolizantes deve ser divulgada e já se encontra em andamento junto com outras entidades, citando o projeto Giro-Brasil e aceitando o convite do Conselheiro Mauzler. O Conselheiro Jorge solicita inclusão da CONFEF na campanha. O Senhor Ministro passa a palavra ao Diretor do Departamento de Incentivo e Fomento ao Esporte Paulo Vieira para prover informações relativas à Prorrogação da Lei 11.438/2006. Primeiramente o Diretor informou sobre a realização do 5º Prêmio Empresário Amigo do Esporte, no mês seguinte. Explanou e apresentou números relativos aos projetos apresentados ao Departamento. Expôs sobre a necessidade de alteração da Lei de Incentivo ao Esporte vigente, para melhor aproveitamento dos recursos, salientando para o fato de o Ministério ainda não ter um posicionamento firmado sobre os termos, onde haverão debates entre os envolvidos no seguimento para que haja uma definição de proposta única a ser apresentada ao Congresso Nacional. A Conselheira Marta Cléria Lima, Representante do Desporto, levantou pontos acerca da necessidade de se reavaliar a forma de prestação de contas dos projetos aprovados através do Departamento de Incentivo e Fomento ao Esporte, sobre a realização da próxima Conferência Nacional do Esporte, sobre a forma de repasse de verbas pela Confederação Brasileira de Clubes. Tendo sido prontamente respondido e esclarecido pelo Diretor do Departamento de Incentivo e Fomento ao Esporte, assim como pelo Presidente da Confederação Brasileira de Clubes, restando o tema referente à Conferência Nacional do Esporte para assuntos gerais. Após breve intervalo, a Reunião foi retomada, sendo conduzida pela Conselheira Cássia Damiani, Suplente do Secretário-Executivo do Ministério do Esporte. A Conselheira então, prosseguiu para o próximo ponto previsto em pauta, passando a palavra para o Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Internacionais Embaixador Cardim Henrique Cardim, que fez informe sobre as viagens internacionais do Senhor Ministro de Estado do Esporte, ao Paraguai, Catar e ao Azerbaijão. O Chefe Adjunto da Assessoria Especial de Assuntos Internacionais do Ministério do Esporte Ministro Vilmar Coutinho Junior, fez uso da palavra para informe sobre o andamento da Revisão da Carta Internacional de Educação Física da UNESCO. Avançando no tópico de pauta relativo à assuntos gerais, a Conselheira Cássia, então, faz exposição sobre a Conferência Nacional de Esporte, solicitando proposituras para a temática da próxima Conferência, esperadas até fevereiro de 2015. Em seguida, após indagação da Conselheira Marta Cléria quanto à publicação de Resolução referente à Capoeira e Artes Marciais, deliberada na 24ª Reunião Ordinária deste Conselho, a Conselheira Cássia solicitou apoio para esclarecimentos sobre a temática ao Chefe da Consultoria Jurídica do Ministério do Esporte Pitágoras Dytz. O Dr. Pitágoras adverte sobre a divergência de posicionamento entre duas Comissões deste Conselho, sendo elas a Comissão de Estudos Jurídicos Desportivos e a Comissão Especial do CNE de estudos sobre a dança, capoeira, ioga e artes marciais, onde uma chegou à conclusão que não caberia ao Estado reconhecer ou deixar de reconhecer qualquer modalidade desportiva, considerando que isso seria um fato social, natureza que não permite interferência do Estado, constitucionalmente. Essa conclusão foi firmada pela Comissão que congrega os principais nomes do Direito Desportivo atual. Portanto, é necessário que haja um alinhamento dentro do Conselho, antes que seja publicada essa deliberação. O Conselheiro Jorge Steinhilber solicitou que constasse em ata que o Ministério está usando de um subterfúgio para desrespeitar uma decisão deste Conselho. Conselheiro Mauzler Paulinetti pede o uso da palavra, para esclarecer que a nomenclatura Artes Marciais é usada, muitas vezes, de forma oportunista, visto que engloba, inclusive esportes olímpicos. A Conselheira Cássia Damiani sugere o encaminhamento do tema referente à divergência de posicionamentos para que a Consultoria Jurídica se manifeste, de forma a ser apresentado na próxima reunião deste Conselho. Seguindo em assuntos gerais, o Conselheiro Jorge Steinhilber solicita que a Projeto de Lei Complementar nº 116/2013 seja incluída em pauta na próxima reunião, assim como que haja a articulação junto ao Ministério da Educação para que esse projeto seja efetivamente para 1ª a 5ª série, retirando a creche, entendendo que isso será um benefício social. É passada a palavra para o Conselheiro Mauzler Paulinetti, que solicita ajuda da Consultoria Jurídica deste Ministério quanto ao Marco Regulatório, Lei 13.019/2014. Após intervenções dos Conselheiros Mizaël Conrado e Arialdo Boscolo, do Secretário Antônio Nascimento e do Consultor Jurídico Pitágoras, a Senhora Cássia Damiani decide pelo encaminhamento à Consultoria Jurídica. Não havendo mais tema a tratar a reunião encerrou-se às doze horas e quarenta e oito minutos.

**Ministério do Meio Ambiente****AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS  
SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO****RESOLUÇÕES DE 13 DE MAIO DE 2015**

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO da AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no exercício da competência a que se refere à Resolução nº 273, de 27/04/2009, torna público que o DIRETOR JOÃO GILBERTO LOTUFO CONEJO, com fundamento no art. 12, inciso V, da Lei nº 9.984, de 17/07/2000, e com base na delegação que lhe foi conferida por meio da Resolução nº 6, de 1º/02/2010, publicada no DOU de 3/02/2010, resolveu outorgar à:

Nº 509 - Marcus Vinicius de Almeida Ramos, rio Pardo, Município de Rio de Minas/Minas Gerais, irrigação.

Nº 510 - Pedro Nascimento de Sá, Reservatório da UHE Luiz Gonzaga (Itaparica), rio São Francisco, Município de Glória/Bahia, irrigação.

Nº 511 - Extração de Areia Pais e Filhos Ltda Me, rio do Peixe, Município de Matias Barbosa/Minas Gerais, mineração.

Nº 512 - Breno Pereira Farias, rio Pardo, Município de Encruzilhada/Bahia, irrigação.

Nº 513 - Tarcísio Araújo da Silva, rio São Francisco, Município de Chorrochó/Bahia, irrigação.

Nº 514 - Paulo César Viana de Moura, rio Carinhonha, Município de Juvenília/Minas Gerais, irrigação.

Nº 515 - José Adailton de Sá Souza, Reservatório da UHE Luiz Gonzaga (Itaparica), rio São Francisco, Município de Rodelas/Bahia, irrigação.

Nº 516 - Gilmar de Carvalho, rio Sapucaí, Município de São Gonçalo do Sapucaí/Minas Gerais, irrigação.

Nº 517 - Geraldo Antunes Valente, rio Cricaré ou braço Sul do rio São Mateus, Município de Matena/Minas Gerais, irrigação.

Nº 518 - Maurício Vidal Rocha Miranda, rio Paranapanema, Município de Buri/São Paulo, irrigação.

Nº 519 - Expedito Rodrigues dos Santos, rio São Francisco, Município de Carinhonha/Bahia, irrigação.

Nº 520 - José de Lima, rio São Francisco, Município de Matias Cardoso/Minas Gerais, irrigação.

Nº 521 - Maristela Rodrigues de Freitas, Reservatório da UHE de Luiz Gonzaga (Itaparica), rio São Francisco, Município de Rodelas/Bahia, irrigação.

Nº 522 - Letícia Soares Costa, rio São Francisco, Município de Martinho Campos/Minas Gerais, irrigação.

Nº 523 - Antônio Soares de Melo Júnior, rio São Francisco, Município de Juazeiro/Bahia, irrigação.

Nº 524 - Josias Bahia da Silva, rio São Francisco, Município de Juazeiro/Bahia, irrigação.

Nº 525 - Salomão Botelho Nepomuceno Júnior-Me, Reservatório da UHE Funil, rio Grande, Município de Bom Sucesso/Minas Gerais, irrigação.

Nº 526 - Elis Regina Pires dos Santos, rio São Francisco, Município de Curaçá/Bahia, irrigação.

Nº 527 - João Rodrigues de Moraes, rio São Francisco, Município de Juazeiro/Bahia, irrigação.

Nº 528 - Josivaldo de Sá Melo, Reservatório da UHE de Luiz Gonzaga (Itaparica), rio São Francisco, Município de Glória/Bahia, irrigação.

Nº 529 - Izaías Silva Nascimento, Reservatório da UHE de Luiz Gonzaga (Itaparica), rio São Francisco, Município de Rodelas/Bahia, irrigação.

Nº 530 - Girley Sérgio Costa Evangelista, Reservatório da UHE de Luiz Gonzaga (Itaparica), rio São Francisco, Município de Petrolândia/Pernambuco, irrigação.

Nº 531 - Harnermano Frago de Souza, Reservatório da UHE de Luiz Gonzaga (Itaparica), rio São Francisco, Município de Petrolândia/Pernambuco, irrigação, dessedentação animal.

Nº 532 - Adeildo Gomes do Nascimento, Reservatório da UHE de Luiz Gonzaga (Itaparica), rio São Francisco, Município de Glória/Bahia, irrigação.

Nº 533 - Jeferson Bruno da Silva Souza, Reservatório da UHE de Luiz Gonzaga (Itaparica), rio São Francisco, Município de Glória/Bahia, irrigação.

Nº 534 - Neander Manoel Queiroz, Reservatório da UHE Volta Grande, rio Grande, Município de Miguelópolis/São Paulo, irrigação.

Nº 535 - Aparecido Yoshiuki Kubo, Reservatório da UHE Volta Grande, rio Grande, Município de Miguelópolis/São Paulo, irrigação.

Nº 536 - Alexandre Moisés, Reservatório da UHE Volta Grande, rio Grande, Município de Miguelópolis/São Paulo, irrigação.

Nº 538 - Eduardo Gama de Souza Almeida, rio São Francisco, Município de Juazeiro/Bahia, irrigação.

Nº 539 - Francisco de Sales Bezerra, rio Sabugi, Município de Caicó/Rio Grande do Norte, irrigação.

Nº 540 - Ronivaldo Domingos de Sá Silva, Reservatório da UHE de Luiz Gonzaga (Itaparica), rio São Francisco, Município de Glória/Bahia, irrigação.